



**FACULDADE UNIÃO DE GOYAZES
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

**MODALIDADES COLETIVAS: OS PROJETOS SOCIAIS COMO
FERRAMENTA DE INCLUSÃO**

Nickson Tavares Camargo

Orientador: Prof.Me. Alexandre Vinícius Malmann Medeiros

Trindade - GO
2016

**FACULDADE UNIÃO DE GOYAZES
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

**MODALIDADES COLETIVAS: OS PROJETOS SOCIAIS COMO
FERRAMENTA DE INCLUSÃO**

Nickson Tavares Camargo

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade União de
Goyazes como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em
Educação Física.

Orientador: Prof. Me. Alexandre Vinícius Malmann Medeiros

Trindade - GO
2016

Nickson Tavares Camargo

**MODALIDADES COLETIVAS: OS PROJETOS SOCIAIS COMO
FERRAMENTA DE INCLUSÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade União de
Goyazes como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em
Educação Física aprovado pela
seguinte banca examinadora:

Prof. Me. Alexandre Vinícius Malmann Medeiros
Faculdade União de Goyazes (FUG)

Prof. Esp. Gustavo Rodrigues Gasperini

Prof. Esp. Aneci Neves da Silva Delfino

Trindade – GO
2016

MODALIDADES COLETIVAS: OS PROJETOS SOCIAIS COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO

Nickson¹
Alexandre Malmann²

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo analisar quais as contribuições das modalidades coletivas ofertadas por meio de projetos sociais para a promoção da inclusão social. Esses projetos têm como principal propósito demonstrar o papel social desses projetos, pois, seu foco não é a competição e sim a participação estando voltado especificamente para crianças e adolescentes de condições econômicas muito baixas ou que estão predispostos a criminalidade e drogadição. Trata-se de uma pesquisa de teor bibliográfico que foi realizada com auxílio de textos, artigos e sites relacionados às áreas da educação física e dos esportes, principalmente os estudos de Marques et al (2009), Menezes (2012), Fiorentino e Saldanha (2007), Menezes et al (2010) e Rodrigues et al (2013) que tratam especificamente do tema em estudo. Os resultados mostram que o esporte pode contribuir para a inclusão social, uma vez que reúne todos para um objetivo comum e nesse momento o mais importante é a participação e o desenvolvimento de potencialidades e habilidades e não aquilo que o participante é ou tem.

PALAVRAS-CHAVE: esportes, modalidade, inclusão social

ABSTRACT

The purpose of this Course Conclusion Paper is to analyze the contributions of the collective modalities offered through social projects for the promotion of social inclusion. The main purpose of these projects is to demonstrate the social role of these projects, since their focus is not on competition, but on participation that is specifically aimed at children and adolescents of very low economic conditions or who are predisposed to crime and drug addiction. Marques et al. (2009), Menezes (2012), Fiorentino and Saldanha (2009). The present study was carried out with the help of texts, articles and websites related to physical education and sports. 2007), Menezes et al (2010) and Rodrigues et al (2013) that deal specifically with the topic under study. The results show that sport can contribute to social inclusion, since it brings all together to a common goal and at that moment the most important is the participation and development of potentialities and abilities and not what the participant is or has.

KEYWORDS: sports, sport, social inclusion

¹ Acadêmico do curso de Educação Física da Faculdade União de Goyazes.(FUG)

²Orientador: Prof. Me. da Faculdade União de Goyazes.(FUG)

INTRODUÇÃO

O paradigma da inclusão social se tornou mais intenso nos últimos anos, principalmente a partir da década de 1990 quando começaram a ser delineadas as primeiras legislações a partir de encontros, seminários e demais eventos envolvendo professores, autores e profissionais interessados no assunto.

O discurso sobre a diversidade que prima a inclusão em todos os seus aspectos ganhou ênfase a partir da inclusão reforçada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394/96 sucedida pelas demais legislações. A partir de então, todas as áreas sociais passaram a se preocupar com produtos e serviços que atendessem à todos sem distinção, principalmente os excluídos socialmente cuja participação em todos os aspectos é bem menor que a dos demais.

No campo dos esportes a visão inclusivista se faz ainda mais importante, pois, de atividades desportivas e possível proporcionar a interação, o diálogo, o respeito e a participação social. Isso porque as atividades esportivas congregam as pessoas com um fim em específico: a participação numa prova tanto para fins meramente lúdicos, ou competitivos.

O reconhecimento de que os esportes são instrumento de interação e socialização positiva ou inclusão social tem sido traduzido em muitos projetos voltados aos jovens de classes menos favorecidas economicamente sendo financiados por organismos privados ou governamentais (RODRIGUES, et al., 2013).

Entretanto, para que tais projetos alcancem seu propósito de promoção social, é necessário que seja elaborado em colaboração dos seus participantes com foco em suas habilidades a partir do reconhecimento do valor que cada humano tem.

Nesse sentido, a pergunta que norteia esta pesquisa é: a prática esportiva é um elemento agregador, pois interagem as pessoas e permite a troca de conhecimento. Sendo assim, que contribuições os projetos sociais podem trazer para a oferta de modalidades coletivas e assim promover a inclusão social?

A hipótese considera que os projetos sociais viabilizam a oportunidade de participação social e nesse sentido as modalidades coletivas proporcionam a interação e o respeito permite que jovens e adolescentes se sintam participantes da sociedade, além de auxiliar no desenvolvimento de habilidades de concentração e cognição, fundamentais para o desenvolvimento físico e psicológico.

Este trabalho se justifica a partir do entendimento de que as modalidades coletivas como principal função desenvolver e/ou potencializar habilidades esportivas e principalmente promover a interação entre os participantes.

METODOLOGIA

O presente estudo segue os moldes de uma pesquisa bibliográfica, visando fazer uma ilustração geral sobre os projetos sociais como ferramenta de inclusão social de jovens e adolescentes. A pesquisa classifica-se como bibliográfica, pois segundo Lakatos e Marconi (2001) a pesquisa bibliográfica prevê o levantamento, seleção e documentação de materiais publicados sobre o assunto ou que está sendo pesquisado, com o intuito de colocar o pesquisador em contato direto com material já escrito sobre o mesmo. Após a definição do tema será feita uma busca em bases de dados virtuais em esportes. Foram utilizados os descritores: Esporte coletivo. Projetos sociais. Participação.

O passo seguinte foi uma leitura exploratória das publicações apresentadas em Bancos de Dados sobre Esporte. Os critérios de inclusão foram: serem publicados nos últimos quinze anos por trazerem informações mais atuais. Foram excluídos os anteriores a 2001 ou que não respondiam aos objetivos.

Para a construção do referencial teórico foram utilizados livros e revistas impressas que abordassem o tema e possibilitassem um breve relato dos projetos sociais e sua contribuição para a inclusão social de jovens e adolescentes por meio dos esportes coletivos.

Realizada a leitura exploratória e seleção do material, iniciou-se a leitura analítica, por meio análise das obras selecionadas, que possibilitaram a organização das idéias por ordem de importância e a sintetização destas que visaram a fixação das idéias essenciais para a compreensão dos projetos sociais como viabilizadores dos esportes coletivos.

Após a leitura analítica, foi feita a leitura interpretativa que tratou do comentário feito pela ligação dos dados obtidos nas fontes ao problema da pesquisa e conhecimentos prévios. Na leitura interpretativa houve uma busca mais ampla de resultados, pois ajustaram o problema da pesquisa a possíveis soluções. Feita a leitura interpretativa iniciou-se tomada de apontamentos que se referiram a anotações que consideram o problema da pesquisa, ressaltando as ideias principais e dados mais importantes e que são apresentados no quadro a seguir:

AUTOR	ANO	CONCLUSÕES
ALMEIDA/ GUTIERREZ	2009	“As formas de manifestação do esporte são formadas de acordo com os indivíduos envolvidos, seus objetivos e intenções para com a atividade esportiva, e por isso, carregam muitos significados e símbolos culturais desses sujeitos” (p. 59)
BORGES	2009	“Os projetos sociais esportivos públicos e privados causam impacto positivo na vida das crianças e adolescentes beneficiados, principalmente com relação às chances de acesso ao esporte, retorno e desempenho escolar e profissionalização ou capacitação para o trabalho, em alguns casos promovendo sua inserção no mercado de trabalho” (p. 95)
CORREIA	2008	“A preocupação com a gestão de projetos sociais é recente e existe uma carência de estudos no campo da gestão social” (P. 125).
CUNHA	2007	“Tanto os objetivos quanto às metodologias utilizadas pelos projetos tem semelhanças entre si. Isso auxilia na compreensão da inclusão social como um processo não institucional e sim social, onde família, sociedade, escola e projetos obtêm maiores resultados se trabalhados juntos” (p. 36)
DAOLIO	2002	“O modelo pendular procura avançar na discussão da dimensão simbólica da técnica esportiva, tradicionalmente refém de abordagens biológicas ou biomecânicas ou, ainda, conseqüentes do modelo esportivo de alto rendimento” (p. 103).
EIRAS, et al	2009	“ A promoção de projetos está ligada a diferentes instituições, direcionados a crianças e adolescentes pobres e, tanto na proposta como na procura, a prática esportiva em projetos sócio esportivos não é entendida como um fim em si, sendo a mesma percebida como uma forma de desenvolvimento humano e ocupação do tempo livre tanto para os gestores quanto para os participantes e seus responsáveis” (p. 8)
MELO	2013	“A prática esportiva vai muito além das disputas dentro dos estádios e ginásios. Ao aliar esporte na rotina é possível permitir, que crianças e jovens se sintam participantes da sociedade, além de possibilitar que eles desenvolvam habilidades fundamentais para o desenvolvimento físico, psicológico e para o processo

		educacional” (p. 9)
MOURA, et al	2010	“Este é um campo ainda profícuo de estudos, sendo necessários aprofundamentos na questão do <i>feedback</i> como um assunto de importância no processo de ensino-vivência-aprendizagem dos JECS, bem como seu fator complementar no ensino através das situações problema, permitindo a reflexão do “o porque fazer” em detrimento das abordagens exclusivas analíticas que só satisfazem as perguntas do “o que fazer” e “como fazer” (p. 5)
RODRIGUES, et al. 2015	2015	“No contexto de projetos dessa natureza, o ensino do esporte deve buscar uma complementaridade entre o referencial técnico-tático e sócio-educativo” (p.336).
VIANNA; LOVISOLO	2011	“As políticas e projetos interessados na diminuição das desigualdades e na inclusão social perdem a sua eficácia devido à evasão ou ao curto tempo de permanência no PIS. O impacto social poderia ser maximizado com a contextualização da intervenção e o estabelecimento de acordos com as crenças e aspirações dos alunos” (p. 295).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

PROJETOS SOCIAIS

O esporte, através de projetos sociais, ajuda a desenvolver a criança como um ser social ligando a educação, a cultura e o esporte.

Os projetos sociais voltados para a área de esportes encontram-se garantidos no Estatuto da Criança e do Adolescente em seu Capítulo II – Do direito à liberdade, ao respeito e à dignidade, o Art. 16 prevê que o direito a liberdade compreende brincar, praticar esportes e divertir-se, determinando o princípio da inclusão, não havendo qualquer tipo de discriminação, garantindo a igualdade na prática esportiva. Para isso, a maneira com que o esporte é abordado deve ser estudada a fundo não permitindo nas atividades esportivas nenhuma forma de exclusão (BASSANI, et al., 2003).

Ao atender o dispositivo do ECA, o Governo Federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, mantém programas federais pautados na Política Nacional de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente. De um modo geral são programas padronizados e aplicados no mesmo formato em todo o país. Se bem aplicados e fiscalizados esses programas poderão contribuir para o bem-estar, segurança, desenvolvimento e cidadania das crianças e jovens atendidos por eles (BORGES, 2009).

Os projetos sociais em sua maioria estão voltados para crianças e adolescentes de baixo poder aquisitivo, classificados por vezes em “situação de risco social” ou em “situação de vulnerabilidade social”, e objetivam ocupar o tempo livre dos mesmos (EIRAS, et al., 2009).

De acordo com Gonçalves (2003), tais projetos podem ser exclusivos da área esportiva ou podem também ofertar atividades profissionalizantes e complementares à escolarização formal.

Em sua proposta é o princípio da inclusão que prevalece evitando-se qualquer tipo de discriminação, garantindo a igualdade na prática esportiva. Para tanto, a maneira com que o esporte é abordado deve ser estudada a fundo não permitindo nas atividades esportivas nenhuma forma de exclusão (ROSSI, 2006).

A partir de inúmeras pesquisas realizadas entre crianças e jovens de baixa renda, foi constatado que sua grande maioria, não possui recursos financeiros para o desenvolvimento de habilidades em entidades desportivas particulares, que facilitem sua inclusão social. Devido a essa carência financeira, os projetos sociais foram pensados para promover o humano nessas áreas de baixa renda (CORREIA, 2008).

Outra característica dos projetos sociais no campo da educação física, do esporte é ausência de interesses político-oportunistas ou identificados com a busca de talentos. Não são elaborados com uma visão medicalizada da educação física. Pelo contrário, seu principal objetivo é atuar para a coletividade, de maneira equânime e com vistas à inclusão social (CUNHA, 2007).

Alguns autores como Mascarenhas (2003) acreditam que de um direito garantido pela constituição, o esporte, por meio dos projetos sócios esportivos, passa a depender de ações governamentais que constantemente estão em mudanças; e de instituições privadas e ONG's que, em sua maioria, seguem a lógica do risco capitalista, ou seja, por vários motivos os projetos podem simplesmente cessar, seus usuários serem simplesmente descartados e há a necessidade de cumprimento de meta de participante. Para o mesmo autor, a ideia do esporte como um direito social passa para a ideia de um serviço que pode ou não ser prestado, como uma mercadoria negociável.

Em razão disso, o governo federal e algumas organizações não governamentais financiam projetos sociais esportivos voltados para as comunidades carentes.

PROJETOS SOCIAIS OFERTADOS PELO GOVERNO FEDERAL

Em todo o Brasil existem projetos sociais que são ofertados para crianças e adolescentes, sendo esses de modalidade coletiva. A seguir, há a descrição de alguns deles.

Tabela nº 1: Projetos sociais

Nome do Projeto Social	Público-alvo	Ano de criação	Situação
Projeto Segundo Tempo	Ofertado a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social	2003	Ativo
Projeto Bola Cheia	Destinado a locais com maior risco de uso de drogas	2015	Ativo
Projeto Galha Azul	Atende crianças de baixa renda em locais selecionados	2009	Ativo

Fonte: Dados da pesquisa

O “Segundo Tempo” é um programa do governo federal cujo público-alvo são crianças e adolescentes que estão vulneráveis aos riscos sociais. O objetivo deste programa é democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade, visando a inclusão social ao ocupar o tempo ocioso de crianças e adolescentes em situação de risco social. Tem como objetivos específicos: oferecer práticas esportivas educacionais, estimulando crianças e adolescentes a manter uma interação efetiva que contribua para o seu desenvolvimento integral, bem como oferecer condições adequadas para a prática esportiva educacional de qualidade (EIRAS, et al., 2009).

O referido programa viabiliza o comprometimento com a reversão do quadro de injustiça, de exclusão e vulnerabilidade social ao qual se submete grande parcela da nossa população. Isso porque considera que o Esporte e Lazer se referem a fenômenos distintos, mas, que se confluem. A proposta do

Segundo Tempo considera que o espaço de lazer são manifestações culturais esportivas despojadas, que se apresentam como possibilidade de ser vivenciada por todos que o acessam (CUNHA, 2007).

Desde seu início esse projeto é desenvolvido em todas as escolas do Brasil. Cada núcleo deve ter, no mínimo, 200 alunos entre 07 e 17 anos, oriundos das escolas públicas. Sua atividade é destinada à prática esportiva de participação, mediante programação de atividades a serem desenvolvidas no contra turno escolar sob orientação de professores e estagiários e monitores (BORGES, 2009).

O programa “Bola Cheia” é de responsabilidade da prefeitura de Curitiba e envolve secretarias municipais de Esporte e lazer, Antidrogas, Educação e Defesa social, a Fundação de Ação Social (FAS) e a Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB). Concebe as atividades esportivas como um meio de combater a criminalidade e se destina para a faixa etária e para os locais de maior risco de uso de drogas e de criminalidade. Busca por meio das atividades ofertadas oportunizar a convivência social, o aumento da auto estima e a promoção de valores éticos e de cidadania. (EIRAS, et al., 2009).

O “Gralha Azul” é um projeto que faz parte do Programa Educação pelo Esporte financiado pelo Instituto Ayrton Senna em parceria com as universidades federais. Tem como objetivo atender as crianças de baixa renda nos bairros selecionados. Para o referido projeto o esporte é concebido como meio para a educação para a vida, promovendo assim o ensino da convivência em grupo, o conhecimento das capacidades, a tomada de decisão e a busca por soluções dos problemas (BORGES, 2009).

Ao estabelecer-se como referência numa comunidade os projetos sociais emergem como uma significativa estratégia de promoção social, lazer e alternativa para o público, tornando-se referência haja vista o poder de abrangência e resultados positivos encontrados (ALMEIDA; GUTIERREZ, 2009).

Os projetos esportivos sociais, busca entre outras coisas garantir o acesso de todos ao esporte, democratizando essa prática tão saudável. Por meio do esporte é possível atingir no individuo áreas que de outra forma não se alcançaria, ele possibilita uma aprendizagem por meio do prazer, o que a torna

significativa, além de permitir o contato direto e pessoal com outras pessoas, garantindo assim o bom convívio social (COSTA, 2009).

Esportes coletivos

Os Jogos Coletivos Esportivizados (JCE's), termo que se refere aos jogos que foram transformados em esportes, e se aplicam às modalidades como o handebol, o futebol, o futsal, o basquetebol entre outros (MENEZES, 2012). E tais modalidades podem ser realizadas no âmbito profissional ou simplesmente por lazer.

De acordo com Moura et al. (2010), os jogos esportivos coletivos podem ser definidos como uma atividade social organizada na qual os jogadores estão dispostos em duas equipes numa posição de rivalidade desportiva, buscando a vitória, com o auxílio de um implemento do jogo com uso de regras pré-estabelecidas.

Bayer apud Daolio (2002) cita que os tipos de modalidades de jogos coletivos podem ser organizados numa categoria apenas porque possuem seis variantes, sendo elas: bola, espaço do jogo, parceiros que fazem parte do jogo, os adversários e regras específicas. Essas variantes são responsáveis pela categoria conhecida como esporte coletivo ou jogo coletivo.

A prática de esportes coletivos se reveste de importância por diversos motivos, sendo o principal deles a interação, a convivência, a partilha e principalmente a aceitação do outro não como adversário, mas, como alguém que tem muito a ensinar também (MOURA, et al., 2010).

Conforme Daolio (2002, p. 9) *apud* Florentino e Saldanha (2007) “o esporte coletivo busca romper com a abordagem tradicional a qual enfatizava a técnica como centro do processo da pedagogia esportiva”. Essa modalidade demonstra que as práticas individuais e coletivas requerem alguns procedimentos técnicos e habilidades que são essenciais como a inteligência que é vista como a capacidade de adaptar-se às mais diferentes situações que vão surgindo durante a realização do jogo

Menezes (2012) afirmam que dentre as vantagens do esporte coletivo está a preparação e a formação de atletas e, além disso, propiciam a interação e autonomia. Também contribuem para que os jovens possam participar de várias modalidades ao conhecerem os princípios e regras.

A participação de jovens em esportes de um modo geral propicia a inclusão social, pois, ao se inserir uma prática esportiva o ser humano se interage e sente participante do processo. Sendo assim, é importante discutir o esporte como ferramenta de inclusão social.

O ESPORTE COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO SOCIAL

O esporte é fruto de vários campeonatos, torneios, olimpíadas, recordes, títulos, medalhas, torcidas e entretenimento que surgiram agregados às mudanças sociais, principalmente o capitalismo que é recorrente na maioria dos países (ALMEIDA; GUTIERREZ, 2009).

De acordo com Assis (2001), a longa história do esporte remete ao interior do homem e suas necessidades, auxiliando desse modo a compreendê-lo como um fenômeno nascido há milênios se eternizou no imaginário humano. A prática esportiva esteve ligada a exercícios e as guerras cujo objetivo era apenas melhorar a força e o desempenho do soldado. Na atualidade, se constitui como um fenômeno que oferece lucros para as empresas sendo também sinônimo de status para grandes atletas e tal concepção acabou por retirar o verdadeiro sentido do futebol.

Marques et al. (2009) considera que o jogo é um elemento da cultura humana. Assis (2001) acrescenta ao citar que a influência do esporte na vida humana acontece em quase todo o mundo, tendo reflexo na educação e na cultura dos povos. Ainda de acordo com o mesmo autor, não se pode negar que o esporte é uma prática social e, por isso, é elemento de interação, tanto no meio educacional quanto na sociedade de um modo geral.

Nesse entendimento, o jogo desempenha papel educativo capaz de agregar as pessoas, classes e até mesmo país e, nessa dinâmica, neutraliza divergências ideológicas e ameniza posições políticas contrárias (ASSIS, 2001).

Para Sadi (2004), o esporte coletivo é capaz de transformar a vida de muitas crianças e jovens ao proporcionar a superação de obstáculos que limitam a interação e o respeito às diferenças.

De acordo com Melo (2013), a prática de esporte coletivo vai muito além das disputas dentro dos estádios e ginásios, pois quando se inclui esportes na vida diária é possível contribuir para que crianças e jovens possam participar amplamente e equitativamente da sociedade, além de possibilitar que eles desenvolvam habilidades fundamentais para o desenvolvimento físico, psicológico e para o processo educacional.

Oliveira (2007) ressalta que o reconhecimento do esporte como instrumento de socialização é demonstrado em muitos eventos esportivos voltados para jovens de classes menos favorecidas economicamente.

O esporte é um direito social e, nesse sentido, Sadi (2004) ao versar sobre o assunto cita que a Carta Internacional de Educação Física e do Esporte da UNESCO (1973), prevê em seu art.1º que “a prática da Educação Física e do Esporte é um direito fundamental de todos”. Nesse entendimento não pode ser ofertado para grupos específicos, mas para todos que desejem dele participar.

Destaca-se ainda o 10º Congresso Internacional do Planthlon ocorrido em 1996 na França onde foi aprovada a “Carta dos os Direitos da Criança ao Esporte” apresentada em Genebra (1998), na qual previa, dentre outros, o direito de praticar esportes, numa perspectiva respeitosa, bem como o direito de receber treinamento adequado em âmbito individual e coletivo (SADI, 2004)

Como se pode depreender do exposto acima, o esporte é um direito de todo cidadão preconizado pela UNESCO e demais organizações que visam proporcionar a participação social. Ressalta-se que o termo “social” representa não somente a participação equânime em si, mas, “principalmente indica o lado histórico e construtivo das representações assim como sua variabilidade cultural e sendo assim o termo remete à participação e valorização das habilidades de outrem” (GOMES; CONSTANTINO, 2009 p. 6).

Conforme Vianna e Lovisolo (2011), o esporte é capaz de atravessar barreiras que separam as sociedades tornando-se desse modo uma importante ferramenta para apoiar iniciativas de superação de conflitos e construção da

paz conforme tem demonstrado a literatura disponível (BASSANI; TORRI; VAZ, 2003, p. 90).

Os benefícios do esporte têm ultrapassado o limite do bem estar físico e tornar-se visível também a nível educacional e formativo para crianças, adolescentes e jovens, conforme evidências da literatura atual (DAOLIO, 2002).

Na busca de tornar o esporte um dos elementos que viabiliza a inclusão social muitos profissionais tem trabalhado para que o discurso vire realidade. Tais projetos têm sido desenvolvidos por Organizações Não Governamentais (ONGs) e programas sociais que trabalham com o esporte como meio principal das suas atividades formativas (MELO, 2013).

Além dessas instituições, existem outros que são sustentados pelo governo federal para promover a democratização do esporte tais como: Programa Segundo Tempo, Programa Esporte e Lazer da Cidade, Programa Recreio nas Férias.

É de extrema importância que os investimentos em esportes coletivos continuem a ser realizados, pois, ao participar em nível competitivo, por exemplo, o atleta se sente motivado, valorizado e tem iniciativa para oferecer o melhor de si. Não se pode deixar de citar que o esporte tem auxiliado muitos atletas antes no anonimato a terem a chance de ver seu potencial valorizado e isso somente se torna possível porque uma oportunidade lhe foi dada em algum momento de sua vida.

Sendo o esporte coletivo elemento agregador ele faz com que pessoas de todas as etnias, culturas, ideologias, religião, portadores de deficiência, integrantes de camadas populares menos favorecidas economicamente possam participar de maneira equânime e se destacaram no esporte sendo este o princípio da inclusão social.

Barroso, Darido e Paes (2005) afirmam que as aulas de esportes coletivos devem contemplar de forma intencional conteúdos procedimentais, atitudinais e conceituais, os quais dizem respeito, respectivamente, aos conteúdos específicos das modalidades, seus métodos de ensino e aprendizagem, principalmente, em seus aspectos físicos, técnicos e táticos, bem como, aos princípios, valores e modos de comportamento que circunscrevem a reflexão e vivência do esporte, princípios indispensáveis para o desenvolvimento da personalidade da criança e do jovem sendo essa uma

maneira de valorizar a capacidade de resolver problemas dos indivíduos, abandonando a ideia de que os jogadores são meros reprodutores de técnicas e táticas.

Weinberg e Gould *apud* Daolio (2002) afirmam que as crianças admiram o esporte em razão das oportunidades que ele proporciona como, por exemplo, estar com os amigos e fazer novas amizades. Para os autores não existe a menor dúvida de que as atividades físicas e principalmente esportivas constituem-se num dos melhores meios de convivência humana.

O esporte é agregador e enquanto esportista, o adolescente ou o jovem prioriza os talentos do outro e não outros aspectos como cor, etnia, religião e demais características que são considerados por algumas pessoas como motivo de exclusão. Enquanto canal de socialização positiva é traduzido no crescente aumento de projetos esportivos voltados aos jovens e classes menos favorecidas que são financiados ou não por instituições privadas e públicas.

Entretanto, não se pode implementar o esporte apenas como habilidade física ou recreativa. Ele deve ser acrescido à função educacional, incluindo elementos sociais, culturais, comunitários e afetivos.

O ensino dos esportes coletivos em benefício da qualidade de vida e ao exercício da cidadania, deve partir de uma abordagem que privilegie o jogo como recurso pedagógico, o entendimento da dinâmica tática do jogo e o ensino da técnica subordinada ao ensino da tática (RODRIGUES, et al., 2013).

Uma vez explanado o conceito de esportes coletivos, passa-se a discutir projetos sociais, objeto de estudo deste artigo.

CONCLUSÃO

O presente artigo buscou pontuar a importância dos esportes sociais coletivos para a promoção da inclusão social. A prática esportiva melhora a autoestima, ensina a conviver em sociedade, estabelece a importância das regras, promove à inclusão social, a ocupação do tempo ocioso, viabiliza o integral e globalizado, a promoção das capacidades, da cidadania, da educação para a vida, da tomada de decisões, entre outras coisas.

A organização dos projetos sociais se faz presente em todo o Brasil embora ainda precise ser divulgado, pois, existem muitos jovens que não tem conhecimento de sua existência. É essencial que eles recebam o total apoio do governo para sua estruturação e funcionamento, uma vez que de outra maneira não acontecerão efetivamente a fim de garantir todos os benefícios de que os jovens necessitam e tem direito.

Promover a inclusão social através do esporte pode ser um ponto de partida para trazer ao centro aqueles que por um motivo ou outro se encontram às margens da sociedade e o esporte como elemento agregador pode promover essa interação e inclusão social.

Os diferentes autores pesquisados mostram que os projetos coletivos possuem importante valor social, pois, além de promover a interação, a equidade social, pois, seu público é constituído por adolescentes e jovens que necessitam de motivação e autovalorização, elementos que o esporte consegue oferecer.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. A. B.; GUTIERREZ, G. L. Esporte e sociedade. **EFDeportes.com, Revista Digital**. Buenos Aires, n. 133, p. 1-8, 2009.

ASSIS, S. **Reinventando o esporte**: possibilidades da prática pedagógica. Campinas, SP: Autores Associados, Chancela Editorial CBCE, 2001.

BASSANI, J. J.; TORRI, D.; VAZ, A. F. **Sobre a presença do esporte na escola: paradoxos e ambiguidades**. Movimentos, Porto Alegre, 2003.

BORGES, Élcio Volsnei. **Projetos esportivos públicos e privados no processo de inclusão social de crianças e adolescentes**: um perfil da 26ª secretaria de desenvolvimento regional (SDR) (2009) Disponível em <http://www.unc.br/mestrado/editais/DISSERTACAO_DE_MESTRADO-ELCIO_V._BORGES.pdf> Acesso em 10 out. 2016 às 19h34.

CORREIA, Marcos Miranda. Projetos sociais em educação física, esporte e lazer: reflexões e considerações para uma gestão socialmente comprometida. **Arquivos em Movimento**, Rio de Janeiro, v.4, n.1, janeiro/junho, 2008.

COSTA, Tonia. **A Educação física escolar**: promovendo o desenvolvimento e o resgate da cidadania (2009) Disponível em <www.cev.org.br> Acesso em 10 out. 2016 às 18h45.

CUNHA, Beatriz Zacchida. **A inclusão da criança em projetos sociais de educação pelo esporte** (2007) Disponível em

<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/123456789/39/monografia%20beatriz%20cunha.pdf;sequence=3>> Acesso em 10 out. 2016 às 17h45.

DAOLIO, Jocimar. Jogos esportivos coletivos: dos princípios operacionais aos gestos técnicos: modelo pendular a partir das ideias de Claude Bayer. **Rev. Bras. Ciên. e Mov.** Brasília v. 10 n. 4 p. 99-104 outubro 2002.

EIRAS, Suélen Barboza; SOUZA, Doralice Lange de; VIALICH, Andréa Leal; CAVICHIOILLI, Fernando Renato. Projetos sociais esportivos: quais os objetivos de quem oferta e de quem participa? [http://www.efdeportes.com/Revista Digital - Buenos Aires - Año 14 - Nº 138 - Noviembre de 2009](http://www.efdeportes.com/Revista%20Digital%20Buenos%20Aires%20-%20A%C3%B1o%2014%20-%20N%C3%BA%20138%20-%20Noviembre%20de%202009).

GOMES, M. C; CONSTANTINO, M. T. Projetos esportivos de inclusão social – PIS – crianças e jovens. In: COSTA, L. P. (Org.) **Atlas do esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005. p. 602-611.

GONÇALVES, Maria Alice Rezende. **A vila olímpica da Verde-e-Rosa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. (Violência, Cultura e Poder)

LAKATOS, EM; MARCONI, M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2001.

MARQUES, Renato Francisco Rodrigues; DUARTE, Edison; GUTIERREZ, Gustavo Luis; ALMEIDA, José Júlio Gavião de; MIRANDA, Tatiane Jacusiel. Esporte olímpico e paraolímpico: coincidências, divergências e especificidades numa perspectiva contemporânea. **Rev. bras. Educ. Fís. Esporte**, São Paulo, v.23, n.4, p.365-77, out./dez. 2009.

MASCARENHAS, F. O pedaço sitiado: cidade, cultura e lazer em tempos de globalização. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Campinas, v. 24, n. 3, p. 121-143, mai. 2003.

MELO, Isabella. **Inclusão social através do Esporte** (2013) Disponível em <<http://www.esporte.df.gov.br/noticias/item/2103-artigo-inclus%C3%A3o-social-atrav%C3%A9s-do-esporte.html>> Acesso em 5 set.. 2016 às 13h12.

MENEZES, Rafael Pombo. Contribuições da concepção dos fenômenos complexos para o ensino dos esportes coletivos. **Motriz: rev. educ. fis.** [online]. 2012, vol.18, n.1, pp.34-41.

MENEZES, Rafael Pombo. Contribuições da concepção dos fenômenos complexos para o ensino dos esportes coletivos. **Motriz: rev. educ. fis.** [online]. 2012, vol.18, n.1, pp.34-41.

MOURA, Camila Corrêa; GALATTI, Larissa Rafaela; BALBINO, Hermes Ferreira; PAES, Roberto Rodrigues. **Pedagogia do esporte: a importância da utilização da situação problema no processo de ensino e aprendizagem dos jogos esportivos coletivos** (2010) Disponível em <<http://portalrevistas.ucb.br/index.php/efr/article/viewFile/885/816>> Acesso em 20 abr. 2016 às 12h40.

RODRIGUES, Heitor de Andrade; DARIDO, Suraya Cristina; PAES, Roberto Rodrigues. O esporte coletivo no contexto dos projetos esportivos de inclusão social: contribuições a partir do referencial técnico tático e socioeducativo. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 16, n. 2, p. 320-618, abr./jun. 2013.

SADI, Renato Sampaio [et al]. **Esporte e Sociedade**. Brasília: Universidade de Brasília: Centro de Educação a Distância, 2004.

VIANNA, José Antonio; LOVISOLO, Hugo Rodolfo. A inclusão social através do esporte: a percepção dos educadores. **Rev. bras. Educ. Fís. Esporte**, São Paulo, v.25, n.2, p.285-96, abr./jun. 2011.